

## **A GEOMETRIA NA FORMAÇÃO DE NORMALISTAS MINEIROS(AS): 1890**

**A 1930**

Sílvia de Castro de Barros  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
[sbarros.mat@gmail.com](mailto:sbarros.mat@gmail.com)

Maria Cristina Araújo de Oliveira  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
[mcrisoliveira6@gmail.com](mailto:mcrisoliveira6@gmail.com)

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise das propostas para o ensino de geometria na escola primária veiculadas na Revista do Ensino de Minas Gerais, confrontando-as com a legislação vigente no mesmo estado relativamente à formação de normalistas no período de 1890 a 1930. Tomou-se como referência, em um primeiro nível de compreensão, o conhecimento da legislação relativo à formação desses professores no período a ser pesquisado, focalizando-se a presença da geometria como disciplina. A utilização das Revistas como fonte para a pesquisa levou a um segundo nível de compreensão, por meio do qual se materializam e se explicitam os motivos pelos quais a geometria integra a formação dos professores primários. As principais fontes utilizadas para a investigação – legislação educacional e revistas pedagógicas- foram consultadas a partir do repositório digital alocado na UFSC.

**Palavras-chave:** normalistas; geometria; Revista do Ensino.

### **O INÍCIO DAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS**

No século XVII a formação de professores já era uma preocupação explicitada por Comenius, cientista, pedagogo, educador e escritor tcheco considerado o pai da didática moderna. No ano de 1684, na cidade francesa de Reims, foi instituído o primeiro estabelecimento destinado à formação de docentes por São João Batista de La Salle.

Com a Revolução Francesa, inspirada pelos princípios de “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” que nortearam o movimento, se intensificam os debates sobre a instrução popular e a necessidade de criação de escolas encarregadas de preparar os professores que seriam corresponsáveis pelas transformações exigidas pela sociedade, as Escolas Normais.

Foi pensando em implementar a mudança que se instalou em Paris no ano de 1795 a primeira Escola Normal. Já nessa época se fazia a distinção entre Escola Normal Superior que formaria professores para atuarem no ensino secundário e a escola Normal Primária que iria preparar os professores que atuariam na escola primária.

Em 1802, após haver conquistado o norte da Itália, Napoleão Bonaparte instituiu a Escola Normal de Pisa que se assemelhava à Escola Normal Superior de Paris e formaria professores para o ensino secundário.

No Brasil após a Independência, em 1822, se acende o debate em torno da organização da instrução popular e a referência oficial à formação dos professores aparece pela primeira vez em 15 de outubro de 1827<sup>1</sup>, com a promulgação da Lei das Escolas de Primeiras Letras cujo ensino era desenvolvido pelo método mútuo. O artigo 6º dessa lei dispõe sobre o que os professores deveriam ensinar, em relação à matemática – “as quatro operações da aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções e as noções mais gerais de geometria prática”, e para atuarem como professores deveriam ser aprovados em exames das matérias de ensino. (BRASIL, 1827, p. 72).

Com a promulgação do Ato Adicional de 1834 a instrução primária ficou sob a responsabilidade das províncias que adotaram a criação das Escolas Normais como meio para a formação dos professores. Em 1835 é instituída no país a primeira Escola Normal na província do Rio de Janeiro, em Niterói; após esta escola outras surgem em diversas províncias como, por exemplo, Minas Gerais e São Paulo.

## **AS ESCOLAS NORMAIS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MINAS GERAIS**

No estado de Minas Gerais duras críticas foram feitas à instrução pública no século XIX. Criticava-se a falta de escolas, de materiais, a ausência de professores devidamente habilitados para o exercício da profissão, a falta de escolas normais que preparassem adequadamente os professores para o trabalho pedagógico. Esta última crítica era considerada pelos administradores da província a principal causa do atraso em que se encontrava a instrução pública elementar mineira, sendo esse o motivo que alavancou a criação da Escola Normal de Ouro Preto (GOUVÊA & ROSA, 2000).

---

<sup>1</sup> Disponível em < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99972>>

A partir de 1871 a importância adquirida pelas Escolas Normais na formação de professores é tão significativa no estado de Minas Gerais que as duas escolas que haviam, em Ouro Preto e Campanha, se multiplicaram em outros locais. Em 1879 o número já havia saltado para cinco e em 1894 o número já chegava a nove. Nesse ano é criada a primeira Escola Normal de Juiz de Fora que atuou até 1907.

Mais tarde, em 1928, é fundada a Escola Normal Oficial de Juiz de Fora, hoje Instituto de Educação de Juiz de Fora, que durante 70 anos foi responsável pela formação dos professores primários.

Com a Reforma Afonso Pena, Lei n. 41, de 3 de agosto de 1892, é proposta uma nova organização da instrução pública mineira. Em 1893 o Decreto n. 601, de 27 de fevereiro regulamenta as Escolas Normais. A partir desta data a mulher era convocada a participar da instrução pública iniciando sua participação na docência e marcando tal atividade como uma função tipicamente feminina.

O Decreto nº 1479<sup>2</sup> de 1901, em seu artigo 11, define, relativamente aos saberes matemáticos, a Aritmética Elementar, a Geometria Plana e o Desenho Linear como disciplinas do curso normal.

Em 28 de setembro de 1906 com a Reforma João Pinheiro, através da Lei n. 439, é criada a Escola Normal da Capital que atendia exclusivamente ao público feminino, cujo curso tinha a duração de três anos.

Na década de 1920, no governo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, a fundação da Escola de Aperfeiçoamento e a possibilidade da experimentação de novos métodos de ensino foram iniciativas intimamente relacionadas com a ida de professores mineiros aos Estados Unidos para realizarem estudos e se capacitarem.

A Escola de Aperfeiçoamento situava-se em Belo Horizonte e tinha como objetivo permitir às professoras primárias mineiras que frequentassem curso sintonizado com os princípios da Escola Nova para que estas pudessem seguir as novas diretrizes pedagógicas. Nessa época, entre 1928 e 1930, mais de três mil unidades de ensino primário e vinte e uma Escolas Normais são criadas, momento de expansão do sistema público de ensino mineiro. Tal expansão foi responsável pela profissionalização do professor primário e consolidou a

---

<sup>2</sup> Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/115910>>

## XII Seminário Temático

### Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890 - 1971): o que dizem as revistas pedagógicas? (1890 – 1971)

Local: Auditório Tristão de Athayde, Escola de Educação e Humanidades - PUCPR

Data: 8, 9 10 e 11 de abril de 2015.

ISSN 2357-9889

---

Escola Normal como lugar específico para sua formação e especialização. (GOUVÊA & ROSA, 2000)

No corpo docente da Escola de Aperfeiçoamento destaca-se a professora mineira Alda Lodi, nascida em Belo Horizonte, em 17 de dezembro de 1898, que atuou na primeira classe mista da Escola Normal Modelo. Responsável pela formação de várias gerações de professores para os anos iniciais e professores de Matemática em Minas Gerais, atuou naquela Escola entre 1927 e 1950, lecionava Metodologia da Aritmética.

Alda Lodi foi uma das fundadoras da Escola de Aperfeiçoamento e uma das cinco professoras escolhidas pelo então Secretário dos Negócios do Interior de Minas Gerais, Francisco Campos, para aprimorar sua formação docente no Instituto Internacional do *Teacher's College*, na Universidade de Columbia, em Nova York, Estados Unidos, em 1927. O Instituto Internacional do *Teacher's College* foi um centro mundialmente famoso por divulgar na época o método da Escola Ativa. Nessa época acontecia em Minas Gerais a chamada Reforma Francisco Campos, uma grande reforma no Ensino Primário e Normal. Alda Lodi permaneceu por lá durante dois anos, só retornando ao país em agosto de 1929. (REIS, 2014, p. 36)

A Escola de Aperfeiçoamento nasceu como um centro de estudos e pesquisas que seria responsável pela renovação do ensino. No início esteve sob a influência americana quanto às ideias da Escola Nova e foi com base nessa influência que as cinco professoras fundamentaram as novas práticas introduzidas, mas houve também influência europeia relativamente às propostas mais ligadas à psicologia. (IBDEM)

## **A MATEMÁTICA NOS PROGRAMAS PARA AS ESCOLAS NORMAIS MINEIRAS – 1890 A1930**

O texto a seguir toma como referência o capítulo que trata das normativas para o ensino de matemática no primário e no normal em Minas Gerais, contido no livro “Saberes Matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar?” que resultou do XI Seminário Temático, cujas fontes de pesquisa privilegiaram a legislação educacional.

## XII Seminário Temático

### Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890 - 1971): o que dizem as revistas pedagógicas? (1890 – 1971)

Local: Auditório Tristão de Athayde, Escola de Educação e Humanidades - PUCPR

Data: 8, 9 10 e 11 de abril de 2015.

ISSN 2357-9889

O Decreto nº 1.175 de 29 de agosto de 1898<sup>3</sup> regulamenta as Escolas Normais em curso de 4 anos do qual constavam as seguintes matérias de Matemática em seu programa de ensino: aritmética e desenho geométrico no 1º ano; aritmética, álgebra e desenho topográfico no 2º ano; álgebra, geometria plana e desenho de ornato no 3º ano e geometria no espaço e desenho de figura e de paisagem no 4º ano. No estudo da álgebra a recomendação é de que se habilitassem os alunos para o estudo da geometria resolvendo-se as fórmulas geométricas das linhas, áreas e volumes.

Sob a influência da reforma paulista que implantou o modelo dos grupos escolares, o Decreto nº 1.960 de 16 de dezembro de 1906<sup>4</sup>, que dava preferência à professora para o exercício da docência, também previa um curso normal de três anos no qual a Matemática era inserida da seguinte forma: no 1º ano, aritmética e desenho; no 2º ano, geometria e desenho e no 3º ano, aritmética comercial e desenho.

Em 1910 uma nova reorganização das escolas normais em Minas Gerais foi regulamentada pelo Decreto nº 2.836 de 31 de maio<sup>5</sup> e segundo esse o curso deveria ter a duração de quatro anos e seria distribuída em quatorze cadeiras. Dentre elas constavam a aritmética, geometria e desenho linear e desenho no que se refere aos conteúdos de Matemática. Segundo essa normativa as matérias de ensino foram distribuídas do seguinte modo: 1º ano - aritmética e desenho; 2º ano - aritmética, geometria e desenho linear; 3º ano - geometria e desenho linear, desenho e caligrafia; 4º ano- aritmética comercial.

Segundo o Artigo 8 do regulamento o desenho compreendia a reprodução de objetos e de formas simples da natureza, porém não há detalhamento sobre o ensino de aritmética e geometria. Os métodos intuitivos e práticos eram incentivados em detrimento da memorização e não havia separação entre geometria plana e geometria espacial nem maiores referências ao desenho geométrico.

O Secretário do Interior do estado de Minas Gerais, Francisco Campos, aprovou o Decreto n. 9.450 de 18 de fevereiro de 1930<sup>6</sup>, pelo qual o ensino normal seria dividido em dois graus, e cabia ao Estado oferecer o segundo grau por se tratar de um curso mais longo e mais completo. O curso de primeiro grau ficou a cargo das escolas particulares sob fiscalização do Estado.

<sup>3</sup> Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122515>>

<sup>4</sup> Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121823>>

<sup>5</sup> Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122290>>

<sup>6</sup> Disponível em <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/125158>>

## XII Seminário Temático

### Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890 - 1971): o que dizem as revistas pedagógicas? (1890 – 1971)

Local: Auditório Tristão de Athayde, Escola de Educação e Humanidades - PUCPR

Data: 8, 9 10 e 11 de abril de 2015.

ISSN 2357-9889

---

As escolas normais de segundo grau tiveram seu ensino dividido em três cursos: o de adaptação cuja duração era de dois anos, o preparatório com duração de três anos e finalmente o de aplicação com duração de dois anos.

No curso de adaptação lecionava-se aritmética, desenho, educação física, trabalhos manuais e modelagem entre outras matérias.

No preparatório, no que se refere à Matemática constavam matérias como aritmética, geometria e desenho linear, desenho figurado, trabalhos manuais e modelagem entre outras. Aritmética, desenho, trabalhos manuais e modelagem constavam do primeiro ano; aritmética, geometria, desenho, trabalhos manuais e modelagem no segundo ano e no terceiro ano, desenho.

O curso de aplicação tinha a duração de dois anos e seu objetivo era a formação profissional dos aspirantes ao magistério primário. Desse curso constavam cadeiras como: psicologia educacional, biologia e higiene, metodologia, história da civilização particularmente história dos métodos e processos da educação, prática profissional.

No curso normal de primeiro grau lecionava-se aritmética no primeiro ano; aritmética e noções de geometria, desenho, trabalhos manuais e modelagem no segundo ano; no terceiro ano não havia matérias relacionadas à Matemática.

A legislação em Minas Gerais, no que tange às Escolas Normais, entre 1890 e 1930 já contemplava o ensino da Matemática em suas mais diversas formas: aritmética, desenho geométrico e geometria. Pregava-se que o ensino normal deveria ter caráter prático e profissional de tal forma que pudesse desenvolver nesse aluno suas qualidades intelectuais e morais, qualidades essas que seriam utilizadas em seu desempenho profissional. O exame exclusivamente da legislação não permite compreender qual seria o papel da geometria na formação dos normalistas.

## **AS NORMATIVAS OFICIAS RUMO À SALA DE AULA: A GEOMETRIA NA REVISTA DE ENSINO**

Da virada do século XIX a meados do século XX uma vaga pedagógica importante e balizadora das práticas educativas no Brasil foi o Método Intuitivo, materializado pelas Lições de Coisas. Essa proposta se baseava no uso da realidade e da observação como elementos constitutivos do saber escolar. Segundo Ferdinand Buisson, educador e diretor

do ensino primário no Ministério da Instrução Pública da França no final do século XIX, um dos arquitetos do Método Intuitivo

as coisas antes das palavras, a educação pelas coisas e não a educação pelas palavras. Despertar e aguçar o sentido da observação, em todas as idades, em todos os graus de ensino, colocar a criança na presença das coisas, fazê-las ver, tocar, distinguir, medir, comparar, nomear, enfim, conhecê-las, este é o objetivo das lições de coisas no ensino primário e nos jardins de infância, cuja aplicação pode ser feita através de dois sistemas: como um exercício à parte ou uma lição distinta, tendo uma hora reservada para aplicação dentro do programa de ensino ou aplicada em todas as disciplinas escolares, inserida em todo programa de ensino.” (BUISSON, 1897, apud HISTEDBR, 2015)

Preconizado pelo método das Lições de Coisas, a utilização dos cinco sentidos seria de extrema importância para o aprendizado. Segundo Gomes

“[...] o cultivo da visão, da audição, do olfato, do paladar e do tato da criança deve começar em casa, antes da idade escolar, e, por isso, o autor empenha-se em sugerir exercícios detalhados para educar os cinco sentidos domesticamente. Noções matemáticas estão envolvidas nessas atividades: a vista deve ser cultivada para a distinção das formas, da largura, do comprimento e do volume dos objetos; o ouvido pode ser exercitado para a localização da própria criança e de objetos em um ambiente; o tato precisa ser treinado para distinguir tamanhos e formas.” (GOMES, 2011, p. 61)

Sob a influência dessa perspectiva pedagógica a Revista do Ensino vai se constituir num importante veículo para disseminar “exemplos” de aulas e de práticas intuitivas para os professores primários.

O que hoje chamamos de “Caderno de Planejamento” recebia o nome de “Caderno de Preparação de Lições”. No entanto a utilidade que tinha àquela época era a mesma dos dias atuais, ou seja, ele era “*um sumário das matérias a expôr com a indicação não só do que se ha de dizer, mas dos methodos e expedientes pedagogicos para mais facil transmissão.*” (Revista do Ensino, Ano III, nº 26, MG, 1928, p. 4)

Ainda segundo a Revista não existia “*regras especiaes nem limites no fazê-lo*” (Revista do Ensino, Ano III, nº 26, MG, 1928, p. 18) mas deveria ser feita a preparação das lições com muito cuidado pelos professores de tal forma que estes pudessem provar que as haviam preparado.

Mas o que se chamava preparar uma aula àquela época? De acordo com a Revista

“Preparar é tomar o programma; ver o ponto; estudar o regulamento e as instruções especiaes à matéria; determinar os limites da matéria, cortando o que achar de mais; dosar, por assim dizer, o ponto; fazer exercícios referentes ao ponto, para melhor explicá- lo; dar um resumo final; escolher exemplos; estudar previamente os problemas a propor; meditar sobre os modos de expor a materia; ponderar os meios disciplinares de que hade lançar mão, para alcançar o seu objetivo.” (REVISTA DO ENSINO, Ano III, nº 26, MG, 1928, p. 19)

O Decreto n. 7970- A de 15 de novembro de 1927<sup>7</sup> que aprova o Regulamento do Ensino Primário em Minas Gerais, em seus artigos 316 e 437 parametriza a preparação das aulas entre as obrigações e os deveres dos professores. (REVISTA DO ENSINO, Ano III, nº 26, MG, 1928, p. 20)

Pode-se dizer que esse “Caderno de Preparação de Lições” era capaz de revelar o quão competente, interessado e dedicado era o professor, pois “Nada melhor para revelar a cultura, o esforço, a exactidão no cumprimento do dever. Quem prepara diligentemente as lições pôde, por certo, dar boas aulas, porque o trabalho de preparar é para o indolente muito mais fastidioso do que matar o tempo numa aula.” (REVISTA DO ENSINO, Ano III, nº 26, MG, 1928, p. 19)

Tomemos como exemplo uma aula de Geometria para o 4º ano primário preparada e registrada nesse “Caderno de Preparação de Lições”. (REVISTA DO ENSINO, Ano III, nº 26, MG, 1928, p. 24)

Notamos que o conteúdo a ser ensinado nessa aula privilegiava as figuras geométricas, particularmente os quadriláteros explorando suas definições. O professor apresentava à classe diversos exemplos de quadriláteros, tomava-os dois a dois e começava a interagir com seus alunos de forma que os mesmos definissem cada exemplo. Durante a aula várias perguntas foram feitas aos alunos de forma que eles próprios concluíssem as definições que o professor desejava. Dessa forma os alunos foram definindo um a um os quadriláteros. O aluno era estimulado pelo professor através de questionamentos que lhe eram feitos a observar cada um dos quadriláteros e a cada

---

<sup>7</sup> Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105945>>



questionamento respondido outro se seguia. Assim, figuras em madeira ou arame eram utilizadas pelo professor na estimulação de dois órgãos sensoriais, ou seja, estímulo aos sentidos da visão e do tato. Essa metodologia muito peculiar era própria do Método Intuitivo e chegou ao Brasil através do manual do americano Norman Allison Calkins, cuja tradução recebeu o título de *Primeiras lições de coisas*.

Em outra aula para o 4º ano primário (REVISTA DE ENSINO, ano IV, nº 35, 1929, p.69), agora utilizando-se de frutas das mais diversas variedades, o professor aproveita-se da observação para uma aula de geometria explorando as formas geométricas de cada uma das frutas: laranja, figo, banana, abacaxi e outras. Problemas aritméticos e outras observações particulares para outras matérias também são propostas.

Em uma aula de desenho do natural para o 3º ano primário (REVISTA DO ENSINO, ano IV, nº 38, 1929, p. 96) a professora apresenta à classe um triângulo de madeira explorando no quadro negro a forma de sua construção através de suas linhas auxiliares. Já em outra aula, também no 3º ano (REVISTA DO ENSINO, ano IV, nº 38, 1929, p. 96) a figura apresentada é um quadrado e a professora, através de duas linhas auxiliares perpendiculares, ensina o processo de construção da figura. Observa-se que em ambas foram levadas para a sala de aula modelos em madeira. Essa forma de ensinar, própria do Método Intuitivo, conduzida por meio da “valorização do ensino pelo domínio das coisas: a educação dos sentidos pela observação direta dos objetos e das coisas da natureza”. (RESENDE & SOUZA, 2005, p. 2) Cabe destacar que nessas aulas as figuras geométricas foram utilizadas como objetos para o ensino de desenho, vislumbra-se uma perspectiva de articulação entre esses saberes nas séries finais do ensino primário.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O exame da legislação relativa ao ensino e preparo dos professores primários mineiros indicou a presença da geometria nessa formação, durante o período de 1890 a 1930, sem permitir, contudo uma compreensão mais detalhada do conteúdo e do papel desse saber na formação. Segundo os estudos de Oliveira (2015),

[...] a geometria que vai se estabilizar nos cursos normais brasileiros no período da Primeira República, em termos de conteúdos programáticos, é a geometria euclidiana plana e espacial: estudo do triângulo – áreas, construções; estudo de polígonos e circunferências – ângulos, áreas;

## XII Seminário Temático

### Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890 - 1971): o que dizem as revistas pedagógicas? (1890 – 1971)

Local: Auditório Tristão de Athayde, Escola de Educação e Humanidades - PUCPR

Data: 8, 9 10 e 11 de abril de 2015.

ISSN 2357-9889

estudo de sólidos e de volumes – prismas, pirâmides, cilindros, esferas.

(OLIVEIRA, 2015, p. 52)

A análise das aulas propostas na Revista de Ensino evidenciou a relação do ensino de geometria pretendido com as ideias propostas pelo Método Intuitivo e pelas Lições de Coisas, pode-se ver nessas aulas a importância do papel da observação no processo de aprendizagem.

Nas aulas de Geometria e mesmo de Desenho do natural em que a professora se utiliza das figuras geométricas é destacada a apresentação das mesmas em madeira. Estando com os objetos ao alcance dos olhos e das mãos cria-se a oportunidade de manipulação e da observação das propriedades elegidas pela professora. O expediente das perguntas era utilizado como roteiro de ensino e como estímulo à curiosidade do aluno.

A aula em que as frutas são utilizadas é mais um exemplo da escolha de itens do cotidiano do aluno para a exploração de propriedades comuns ou não a ele; a professora tem a oportunidade de, com o auxílio e participação dos alunos, introduzir e formular conceitos geométricos.

Se observarmos ainda a legislação oficial para Minas Gerais e a forma como era proposto o ensino de geometria, tomado das aulas exemplificadas anteriormente, podemos perceber a apropriação dos professores-autores dos artigos de acordo com as recomendações contidas no Programa de Ensino Primário de 1927, que diz que as matérias seriam “*ensinadas como meios de desenvolver o raciocínio, o julgamento e a iniciativa das crianças*”, segundo as perspectivas intuitivas para tais encaminhamentos. (MINAS GERAIS, 1927, p. 11).

#### REFERÊNCIAS:

GOMES, Maria Laura Magalhães- Lições de coisas: apontamentos acerca da geometria no manual de Norman Allison Calkins (Brasil, final do século XIX e início do XX)- **Revista Brasileira de História da Educação**- v. 11, n. 2 [26]- 2011

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; ROSA, Walquiria Miranda. **A Escola Normal em Minas Gerais**- documento comemorativo dos 70 anos da SEE- MG- Lições de Minas -2000 – Centro de referência Virtual do Professor, disponível em <http://crv.educacao.mg.gov.br>- Acesso em 15/04/2104.

MINAS GERAIS. Secretaria de Educação. Estado de Minas Gerais. Decreto no 1.175 de 29 de agosto de 1898. **Regulamenta as escolas normais com os planos de ensino para as mesmas**. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122515>. Acesso 08 jan. 2015.

## XII Seminário Temático

### Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890 - 1971): o que dizem as revistas pedagógicas? (1890 – 1971)

Local: Auditório Tristão de Athayde, Escola de Educação e Humanidades - PUCPR

Data: 8, 9 10 e 11 de abril de 2015.

ISSN 2357-9889

MINAS GERAIS. Secretaria de Educação. Estado de Minas Gerais. Decreto n° 1479, de 21 de outubro de 1901- **Põe em execução a lei n. 318 de 16 de setembro de 1901, da parte referente a Secretaria do Interior.** No Art. 11 define que a Aritmética Elementar, a Geometria Plana e o Desenho Linear constarão na grade do curso normal. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/115910>>- Acesso 8 jan. 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Educação. Estado de Minas Gerais. Decreto n° 1.960 de 16 de dezembro de 1906. **Regulamento da instrução pública primária de Minas Gerais.** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121823>. Acesso 8 jan. 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Educação. Estado de Minas Gerais. Decreto n° 2.836 de 31 de maio de 1910. MG. **Aprova o regulamento que reorganiza as escolas normais do estado.** Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122290>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Educação. Estado de Minas Gerais. Decreto n° 7970-A, de 15 de Outubro de 1927, MG. **Aprova o regulamento do ensino primário do estado de Minas Gerais.** Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105945>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Educação. Estado de Minas Gerais. Decreto n. 9.450 de 18 de fevereiro de 1930, MG. **Regulamenta o ensino normal.** Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/125158>>. Acesso em: 08 de ago. 2014.

OLIVEIRA, Maria Cristina Araújo de. Geometria e Desenho como matérias do Curso Normal no período da Primeira República no Brasil. **Revista Interfaces Científicas**. v. 3, n. 2, p. 43 – 54, 2015.

REIS, Diogo Alves de Farias. **História da formação de professores de Matemática do ensino primário em Minas Gerais: estudos a partir do acervo de Alda Lodi (1927 a 1950)**- Tese de Doutorado, UFMG, Belo Horizonte, 2014.

RESENDE, Fernanda Mendes ; SOUZA, Rita de Cássia de. **O Método Intuitivo e a Escola Nova: discussões educacionais em fins do século XIX e início do século XX.** UFMG-2005. Disponível em [http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/3cpehemg/congresso/textos\\_pdf-](http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/3cpehemg/congresso/textos_pdf-) Acessado em 05/01/2015

REVISTA DO ENSINO, Ano III, nº 26, MG, 1928.

REVISTA DO ENSINO, Ano IV, nº 38, MG, 1929.

REVISTA HISTEDBR- Navegando na história da educação brasileira- **Lições de Coisas**- Faculdade de Educação- UNICAMP. Disponível em [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_licoes\\_das\\_coisas.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_licoes_das_coisas.htm)- Acesso em 05/01/2015

RIO DE JANEIRO. Lei de 15 de outubro de 1827- **Criação de Escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio.** Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99972>>. Acesso em 8 jan. 2015.

## XII Seminário Temático

### Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890 - 1971): o que dizem as revistas pedagógicas? (1890 – 1971)

Local: Auditório Tristão de Athayde, Escola de Educação e Humanidades - PUCPR

Data: 8, 9 10 e 11 de abril de 2015.

ISSN 2357-9889

---

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro- **Revista Brasileira da Educação**, v.14. jan. /abr.- 2009.